Proton Energy Participações S.A.

CNPJ nº 27.373.249/0001-07

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço patrimonial	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo/Circulante	4.895	1.286	58.662	13.018
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	277	119	40.858	9.036
Contas a receber (Nota 8)	–	–	13.883	–
Impostos a recuperar	9	–	43	–
Adiantamento a fornecedores (Nota 11)	1.197	1.163	1.861	1.615
Partes relacionadas (Nota 10)	652	–	–	–
Despesas antecipadas (Nota 9)	14	4	1.970	2.367
Dividendos (Nota 12)	2.745	–	–	–
Outros créditos	1	–	47	–
Não circulante	231.004	68.209	579.708	58.252
Realizável a longo prazo				
Caixa restrito (Nota 7)	–	–	9.862	–
Depósitos judiciais	18	–	18	–
Partes relacionadas (Nota 10)	–	13	–	13
Investimentos (Nota 12)	230.686	68.164	–	–
Imobilizado (Nota 13)	300	32	547.612	35.787
Intangível (Nota 14)	–	–	22.216	22.452
Total do ativo	**235.899**	**69.495**	**638.370**	**71.270**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º/01/2018	1.338	18.000	–	(211)	19.127
Aumento de capital (Nota 20)	15.662	–	–	–	15.662
Reserva de capital (Nota 20)	–	31.886	–	–	31.886
Prejuízo do exercício	–	–	–	(4.397)	(4.397)
Em 31/12/2018	17.000	49.886	–	(4.608)	62.278
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.244	4.244
Aumento de capital (Nota 20)	99.121	–	4.759	–	103.880
Reserva de capital (Nota 20)	–	64.916	–	–	64.916
Em 31/12/2019	116.121	114.802	4.759	(364)	235.318

Balanço patrimonial	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo/Circulante	421	7.217	66.732	8.992
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	–	–	10.201	–
Passivos de arrendamento (Nota 17)	97	–	935	–
Fornecedores (Nota 15)	19	20	50.048	1.521
Salários e encargos sociais	297	2	352	51
Obrigações tributárias (Nota 18)	8	5	2.232	230
Conta de ressarcimento CCEE (Nota 19)	–	–	2.928	–
Outras contas a pagar	–	7.190	36	7.190
Não circulante	160	–	336.320	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	–	–	322.911	–
Passivos de arrendamento (Nota 17)	160	–	13.409	–
Total do passivo	**581**	**7.217**	**403.052**	**8.992**
Patrimônio líquido (Nota 20)	**235.318**	**62.278**	**235.318**	**62.278**
Capital social	116.121	17.000	116.121	17.000
Reserva de capital	114.802	49.886	114.802	49.886
Ajuste de avaliação patrimonial	4.759	–	4.759	–
Prejuízos acumulados	(364)	(4.608)	(364)	(4.608)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**235.899**	**69.495**	**638.370**	**71.270**

Demonstração do resultado	Controladora		Consolidado	
Operações continuadas	2019	2018	2019	2018
Receita líquida (Nota 21)	–	–	24.278	–
Custos de operação (Nota 22)	–	–	(7.445)	–
Lucro bruto	–	–	16.833	–
Receitas e despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas (Nota 23)	(1.568)	(1.288)	(8.592)	(4.440)
Outras despesas	–	–	–	(403)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12)	5.814	(3.168)	–	–
Lucro (prejuízo) operacional	4.246	(4.456)	8.241	(4.843)
Receitas financeiras (Nota 24)	1	106	726	1.347
Despesas financeiras (Nota 24)	(3)	(17)	(3.976)	(1.095)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(2)	89	(3.250)	252
Resultado antes do IR e da CS	4.244	(4.367)	4.991	(4.591)
IR e CS	–	(30)	(747)	(370)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.244	(4.397)	4.244	(4.961)
Ações no fim do exercício (em milhares)	17.000	17.000	17.000	17.000
Prejuízo por ação do capital social no fim do exercício em milhares de Reais	0,25	(0,26)	0,25	(0,29)

Demonstração do resultado abrangente	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.244	(4.397)	4.244	(4.961)
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Total resultado abrangente do exercício	4.244	(4.397)	4.244	(4.961)

Demonstração dos fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	4.244	(4.367)	4.991	(4.591)
Ajustes de: Depreciação (Nota 13)	9	2	4.761	2
Juros e variações monetárias (Nota 16)	–	–	4.243	–
Resultado de equivalência patrimonial	(5.814)	3.168	–	–
Baixa de imobilizado	–	–	–	2
Despesas financeiras com arrendamentos	2	–	326	–
Participação societária - resultado das investidas proporcional	–	–	–	353
Variações de ativos e passivos				
Contas a receber	–	17.940	(5.813)	–
Impostos a recuperar	(9)	–	(37)	–
Despesas antecipadas	(10)	(4)	397	(2.367)
Adiantamento a fornecedores	(34)	–	(128)	(380)
Outros ativos	(19)	(13)	(38)	(1.248)
Fornecedores	(1)	20	41.354	1.521
Salários e encargos sociais	295	2	288	51
Obrigações tributárias	3	(15)	1.379	230
Contas de ressarcimento - CCEE	–	–	1.394	–
Outras contas a pagar	(7.190)	7.190	(7.300)	7.190
Caixa aplicado nas operações	(8.524)	23.949	45.817	763
Juros pagos (Nota 16)	–	–	(2.565)	–
IR e CS pagos	–	(30)	(747)	(370)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(8.524)	23.919	42.505	393
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Caixa restrito	–	–	(4.286)	–
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 13)	(4)	(34)	(246.564)	(35.791)
Aquisições de bens do ativo intangível (Nota 14)	–	–	(236)	(22.452)
Aquisição de controladas	–	(41.076)	–	–
Caixa proveniente aquisição de controladas	–	–	18.466	–
Aumento de capital nas investidas (Nota 12)	(55.573)	(3.650)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(55.577)	(44.760)	(232.620)	(58.243)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 16)	–	–	157.559	–
Integralização de capital	–	15.662	–	17.000
Pagamento de arrendamento	(18)	–	(538)	–
Partes relacionadas, líquido	(639)	–	–	–
Aumento da reserva de capital (Nota 20 (a))	64.916	31.886	64.916	49.886
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	64.259	20.942	221.937	66.886
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	158	101	31.822	9.036
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	119	18	9.036	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	277	119	40.858	9.036
Transações que não afetaram caixa no exercício				
Reconhecimento de arrendamento - CPC 06 R2 (Ativo x Passivo)	275	–	9.047	–

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Seção A - Informações gerais: 1. Contexto operacional: A Proton Energy Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23/03/2017. A Companhia tem por objetivo ser uma holding de investimento em instituições não-financeiras. A Companhia antes denominada N.G.S.P. Empreendimentos e Participações S.A.. alterou em dezembro de 2017, através de AGE, a sua razão social para HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A. Em dezembro de 2019 alterou, também através de Assembleia Extraordinária sua razão social para Proton Energy Participações S.A.. Em 19/03/2018, a Companhia adquiriu 100% da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Esmeralda"), com o objetivo de obter o CER firmado pela Esmeralda com a CCEE em 23/02/2018. O referido contrato é referente a venda de energia elétrica gerada pela usina solar fotovoltaica Esmeralda, localizada em Agrestina, Pernambuco. A UFV Esmeralda tem garantia física de 6,2MW médio e potência total de 30MW. Em 25/10/2018, a Companhia adquiriu 100% da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("OH Sobrado"), com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva - CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 27/04/2017 para a venda de energia elétrica referente a usina solar fotovoltaica OH Sobrado, localizada em Casa Nova, Bahia. A UFV OH Sobrado tem garantia física de 7,8MWmédio e potência total de 30MW. Em 21/11/2019, a Companhia adquiriu 100% das ações da Angico Energias Renováveis S.A. e da Malta Energias Renováveis S.A.. Ambas as empresas possuem CER firmado com a CCEE em abril de 2016 para a venda de energia elétrica referente as usinas solar fotovoltaicas Angico e Malta, localizadas em Malta, Paraíba. As usinas tem garantia física de 6,7MW médio e potência total de 27MW. Em 31/12/2019, o Grupo apresenta um capital circulante líquido negativo de R$ 8.070. Apesar de apresentar capital circulante líquido negativo, o Grupo apresenta fluxo de caixa operacional positivo. O efeito é decorrente principalmente dos valores a pagar referente a construção das Usinas. Os valores referentes a Angico e Malta no montante de R$ 10.437 foram liquidados em maio de 2020 e a liquidação referente aos valores da OH Sobrado e Esmeralda estão previstas quando da liberação da última parcela do financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, prevista para julho de 2020. Com início das operações da Esmeralda em abril de 2019 e da OH Sobrado em novembro de 2019, a Administração espera, com base no plano de negócios aprovado pelos órgãos de governança, já a partir do próximo exercício, começar a reverter os resultados negativos. As receitas contratuais, liquidadas sempre no mês subsequente ao da geração, fluirão de forma regular para a Companhia, garantindo fluxos de caixa futuros os quais serão alocados na manutenção das suas atividades operacionais, bem como quitação das obrigações de curto prazo. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 19/06/20. **(a) Contrato de Energia de Reserva - CER:** As investidas da Companhia firmaram Contratos de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a CCEE. Pelo referido contrato as investidas da Companhia se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE. Com base no contrato, as investidas da Companhia passaram a faturar valores fixos, mensais, correspondente ao valor definido em cada contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada são compensadas financeiramente a cada ano. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e energia contratada. O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual. Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 115% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor do contrato que exceder aos 115%. Até 31/12/2019, o Grupo não possui nenhum efeito significativo, além dos valores já registrados, a ser reconhecido em decorrência dos critérios mencionados anteriormente. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 25. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º/01/2019: **(a) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro:** A interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração na IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Se o Grupo concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, o Grupo deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas demonstrações financeiras do Grupo. **(b) CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1º/01/2019):** Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O Grupo definiu uma equipe que revisou todos os contratos de arrendamento durante o exercício, em face das novas regras contábeis de arrendamento no CPC 06. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma e os expedientes práticos empregados estão detalhados na Nota 17. **Seção B - Riscos: 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(i) Vida útil econômica de ativos não financeiros:** Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem. **(ii) Conta de Ressarcimento - CCEE:** A Conta de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **(iii) Valor justo do passivo de arrendamento:** No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** A implementação de gestão de riscos é contínua, sempre com o objetivo de auxiliar o acompanhamento e o cumprimento das suas metas, garantir sua liquidez financeira e segurança empresarial. Na estrutura de governança, o Diretor do Grupo, o Comitê administrativo e os Controladores acompanharão a execução das operações e definirá em conjunto as metas da Companhia e suas controladas. Segue o mapeamento dos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir: **a. Riscos operacionais**: relacionados à eficiência operacional dos ativos e disponibilidade dos sistemas. Plano de Ação: A Companhia e suas controladas mantém em todos os seus empreendimentos o gerenciamento diário da operação e manutenção dos mesmos, emissão e avaliação de relatórios diários, semanais e mensais para garantir o fiel acompanhamento. **b. Risco de liquidez**: relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras. O cumprimento das obrigações junto aos fornecedores e cliente, possuem garantia ativa e capital próprio, e o financiamento do empreendimento junto ao banco encontra-se em fase final de liberação, valor suficiente para quitação de todas as obrigações. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os sal dos contábeis em 31/12/2019 e 2018:

			Controladora
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de três anos
Em 31/12/2019			
Passivos de arrendamento	97	101	59
Fornecedores	19	–	–
Em 31/12/2018: Fornecedores	20	–	–
Outras contas a pagar	7.190	–	–

			Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de três anos
Em 31/12/2019			
Empréstimos e financiamentos	10.201	19.230	303.681
Passivos de arrendamento	935	857	12.552
Fornecedores	50.048	–	–
Outras contas a pagar	36	–	–
Em 31/12/2018: Fornecedores	1.521	–	–
Outras contas a pagar	7.190	–	–

c. Risco regulatório: As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas. **4.2 Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital do Grupo é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios do Grupo. O Grupo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia e suas controladas pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Em 31/12/2019 e 2018 não houve a emissão de notas promissórias bem como operações com derivativos. Os índices de alavancagem financeira em 31/12/2019:

	Consolidado
	2019
Total dos empréstimos	333.112
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(40.858)
(–) Caixa restrito	(9.862)
Dívida líquida (a)	282.392
Total do patrimônio líquido	235.318
Total do capital (b)	517.710
Índice de alavancagem financeira - % (a/b)	54,55

Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos de caixas e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (*impairment)* no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. **Seção C - Notas explicativas relevantes selecionadas: 5. Instrumentos financeiros por categoria:**

Mensurados ao custo amortizado	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativos: Caixa e equivalentes de caixa	277	119	40.858	9.036
Caixa restrito	–	–	9.862	–
Contas a receber	–	–	13.883	–
Partes relacionadas	650	13	–	13
	927	132	64.603	9.049
Passivos: Empréstimos e financiamentos	–	–	333.112	–
Fornecedores	19	20	50.048	1.521
	19	20	383.160	1.521
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Arrendamentos a pagar	257	–	14.344	–
	257	–	14.344	–

6. Caixa e equivalentes de caixa:	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Caixa	1	2	21	9
Bancos conta movimento (i)	10	117	980	1.827
Aplicações financeiras (ii)	266	–	39.857	7.200
	277	119	40.858	9.036

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) As aplicações financeiras são referentes a Fundos de Investimento mantidos junto ao BNB e CONTAMAX mantido junto ao Banco Santander, ambos indexados pela variação do CDI. Podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação do Banco BNB de curto prazo em 2019 é de 98% do CDI. A taxa média de remuneração da aplicação do Banco Santander de curto prazo em 2019 é de 5% do CDI. **7. Caixa restrito:**

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	9.862	–
	9.862	–

A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, com resgate restrito, correspondente a uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado. Os recursos estão aplicados em Fundo de Investimento indexado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa de remuneração da aplicação em 2019 é de 98% do CDI. **8. Contas a receber:**

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita contratual-Câmara de Comércio de Energia CCEE (i)	13.713	–
Get Comercializadora de energia	170	–
	13.883	–

(i) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado entre as controladas e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE,recebido em um prazo médio de 24 dias. Os saldos em 31/12/19 foram liquidados em janeiro de 2020. A Companhia não registrou Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre o montante, tendo em vista que as faturas foram emitidas no mês de dezembro e os vencimentos são no mês subsequente, bem como não há expectativa de perda futura em virtude do histórico de pagamento ou risco de crédito do cliente.

9. Despesas antecipadas:	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Arrendamento (i)	–	–	1.631	–
Custo de transação a apropriar (ii)	–	–	–	2.367
Despesas com pessoal a apropriar	7	–	7	–
Seguros	7	4	332	–
	14	4	1.970	2.367

(i) Refere-se ao pagamento de 96 meses de arrendamento da fazenda Esmeralda no montante de R$ 1.800 pagos ao arrendatário Ducampo Criação de Bovinos Ltda. e que será amortizado no período 8 anos (2019 a 2027). Em 2019 foram amortizados 9 meses no total de R$ 169. (ii) Refere-se a tarifas bancárias e remuneração de serviços profissionais de terceiros incorridos para viabilização da captação de recursos futuros junto ao Banco do Nordeste (BNB) e Santander. Enquanto não captados os recursos são mantidos como pagamento antecipado e, quando da liberação do financiamento, serão incorporados ao custo de transação para ajuste na taxa efetiva

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira, 14 de julho de 2020 às 23:54:55.